



Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.4 Vínculos Políticos				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁴¹				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴²							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		01			

⁴¹ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴² As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais⁴³ - Informações Adicionais (caso aplicável)

Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
----------------------------	--------------------	----------------------	---------	--------	--------

4.6 Registros de Mídia⁴⁴

Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

⁴³ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁴ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



d) Rodrigo Silva Lemos 06343229663

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Rodrigo Silva Lemos 06343229663		
Nome Fantasia	Rodrigo Silva Lemos		
CNPJ	30.303.180/0001-41 ⁴⁵		
Natureza Jurídica	Empresário Individual		
CNAE Primário	N/I		
CNAE Secundário	N/I		
Capital Social	BRL 1.000,00		
Data de Abertura	25/04/2018		
Endereço	Rua São Joaquim, 1291, Casa 04, Sagrada Família, Belo Horizonte - MG CEP: 31.035-470		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	Não habilitado		
Website ⁴⁶	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ⁴⁷	Função/Cargo
Rodrigo Silva Lemos	063.432.296-63	100.00%	Sócio
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁴⁸	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	09/06/2020	Nada consta

⁴⁵ A busca realizada na Receita Federal informou que a empresa se encontra baixada, pelo motivo: "EXTINCAO P/ ENC LIQ VOLUNTARIA" datada em 06/02/2019.

⁴⁶ A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 09/06/2020.

⁴⁷ O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

⁴⁸ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.2 Certificados			
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	11/06/2020	N/D ⁴⁹
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	09/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	09/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	09/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	09/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos
Doações Eleitorais

⁴⁹ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 11/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.4 Vínculos Políticos				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁵⁰				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵¹							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		01			

⁵⁰ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵¹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais⁵² - Informações Adicionais (caso aplicável)

Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
----------------------------	--------------------	----------------------	---------	--------	--------

4.6 Registros de Mídia⁵³

Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

⁵² As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵³ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



Belo Horizonte, 01 de julho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Sindicato dos Guias de Turismo de Minas Gerais-Singtur”, Entidade Sindical, inscrito no CNPJ sob o número 38.741.427/0001-13,.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

SINDICATO DOS GUIAS DE TURISMO DE MINAS GERAIS-SINGTUR

JUNHO DE 2020



Building a better
working world



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservar o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8

Restrito e confidencial
PRELIMINAR - Sujeito a alteração e finalização
L2 - Versão 12

Número do documento: 20070618333898200000121981665
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618333898200000121981665>
Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:39



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano

1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Sindicato dos Guias de Turismo de Minas Gerais-Singtur", ("Singtur - MG", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CNPJ sob o número 38.741.427/0001-13, conforme informação fornecida pelo Cliente.



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

- 2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 06 de maio de 2020 a 19 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:
- 2.1.1. Registros corporativos;
 - 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
 - 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
 - 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
 - 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
 - 2.1.6. Registros de filiação partidária;
 - 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
 - 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
 - 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
 - 2.1.10. Registros de mídias digitais;
- 2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:
- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
 - 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
 - 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
 - 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: “e-saj”, “Projudi”, “PJe”, etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão “Processos Judiciais e Administrativos” são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de

dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa (“localização atual”). Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são proveniente de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2ª grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 19 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 145.831 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;

- Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;
- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	-
Interações com agentes públicos ou administração pública		Singtur - MG
Parcerias com ATI em questão		-
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		-
Relação com Vale		-





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4. RESULTADOS

a) Sindicato dos Guias de Turismo de Minas Gerais-Singtur

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Sindicato dos Guias de Turismo de Minas Gerais-Singtur		
Nome Fantasia	N/I		
CNPJ	38.741.427/0001-13		
Natureza Jurídica	Entidade Sindical		
CNAE Primário	94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais		
CNAE Secundário	N/I		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	18/09/1990		
Endereço	Avenida Afonso Pena, 526, Sala 1207, Centro, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.130-001		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website ¹	Singtur - MG		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ²	Função/Cargo
N/I	N/A	N/A	N/A
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ³	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	06/05/2020	Nada consta

¹ A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 22/05/2020.

² O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

³ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.2 Certificados			
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	22/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	07/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneas	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	06/05/2020	N/D ⁴	
Offshore Leaks - ICIJ	06/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos	
Doações Eleitorais	

⁴ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 25/05/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.4 Vínculos Políticos				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais ⁶ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ⁷			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Conselho de Turismo da CDL/BH ⁸	N/I	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias Conselho de Turismo da CDL/BH reporta que a Singtur - MG estaria entre as entidades da sociedade civil que teriam sido eleitas para compor o Conselho Estadual Turismo do Estado de Minas Gerais, durante o mandato 2017-2018.
Blog Dr. Ricardo Faria ⁹	17/07/2016	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Blog Dr. Ricardo Faria reporta que a Singtur - MG estaria entre os parceiros da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (Setur/MG) em evento realizado pelo referido órgão para um "famtour com representantes das oito principais operadoras turísticas da Espanha". Segundo a mídia, o evento visaria aumentar a comercialização dos roteiros turísticos de Minas Gerais.

⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁷ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁸ Fonte: [Conselho de Turismo da CDL/BH](#). Acesso em 25/05/2020.

⁹ Fonte: [Blog Dr. Ricardo Faria](#). Acesso em 25/05/2020.



Belo Horizonte, 01 de julho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Thiago de Azevedo Moraes”, Coordenador de Pesquisa em Ciências Sociais, inscrito no CPF sob o número 076.442.846-21, responsável coordenar as atividades no âmbito social e de pesquisas.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

THIAGO DE AZEVEDO MORAIS

JUNHO DE 2020



Building a better
working world



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservar o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8

Restrito e confidencial
PRELIMINAR - Sujeito a alteração e finalização
L2 - Versão 12



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano



1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Thiago de Azevedo Moraes", ("Thiago Moraes", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 076.442.846-21, e com relação a entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Geni Rosa de Azevedo Moraes ("Geni Moraes")	Pessoa Física	356.342.786-00
Maira de Azevedo Moraes ("Maira Moraes")	Pessoa Física	013.172.126-73
Thiago de Azevedo Moraes 07644284621 ("Thiago Moraes 07644284621")	Pessoa Jurídica	32.779.237/0001-09



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 06 de maio de 2020 a 19 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitados ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 19 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 145.831 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do <i>Target</i>
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Thiago Morais Maira Morais
Interações com agentes públicos ou administração pública		Thiago Morais Maira Morais
Parcerias com ATI em questão		Thiago Morais
Outras Parcerias		Thiago Morais
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		Thiago Morais Maira Morais
Relação com Vale		-
		-



4. RESULTADOS

a) Thiago de Azevedo Morais

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Thiago de Azevedo Morais	
CPF	076.442.846-21	
Data de Nascimento	12/06/1985	
Posição	N/A	
Endereço	Rua Jequeri, 100, 511, Casa, Lagoinha, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.210-070	
Outros Endereços	Rua Jequeri, 100, Lagoinha, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.210-070 Rua Jequeri, 100, Bloco C, Apartamento 409, Lagoinha, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.210-070 Rua Julio Maria, 246, Casa, Vera Cruz, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.285-360 Rua Julio Maria, 246, Vera Cruz, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.285-360	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹
Thiago de Azevedo Morais 07644284621	32.779.237/0001-09	100,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	28/05/2020	N/D ²
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta

¹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

² Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que "as informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 076.442.846-21 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da internet". Acesso em 21/05/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição		Data da Consulta	Resultado
Lista de Sanções - OFAC		06/05/2020	Nada consta
Lista de Sanções - ONU		06/05/2020	Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia		06/05/2020	Nada consta
Lista de Sanções - França		22/05/2020	N/D ³
Offshore Leaks - ICIJ		06/05/2020	Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A

³ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 22/05/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT	N/A			N/I			
CADE	N/A			N/I			
CVM	N/A			N/I			
TCU	N/A			N/I			

4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	2006.38.00.000155-5-AMS	07/06/2006	N/I	Apelação em Mandado de Segurança	Autor - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG Réu - Tiago de Azevedo Moraes e Outros Interessado - Juízo Federal da 7ª Vara - MG

⁴ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia ⁵			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Instituto Guaicuy ⁶	14/04/2020	Parcerias com ATI em questão	Publicação do website do Instituto Guaicuy apresenta a portaria número 003 de 14 de abril de 2020, onde José de Castro Procópio ⁷ , presidente do Instituto Guaicuy SOS Rio das Velhas, designa Thiago de Azevedo Moraes como sendo parte do time da coordenação temática da Assessoria Técnica Independente aos Atingidos pelo desastre da Mina do Feijão dos Territórios 4 e 5, com a função de Coordenador de Pesquisa em Ciências Sociais.
FAPEMIG ⁸	04/05/2020	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) reporta a lista de projetos aprovados na Fase 3 do Programa Centelha, que conforme a mídia, “ <i>visa estimular o empreendedorismo inovador por meio de capacitações para o desenvolvimento de produtos (bens e/ou serviços) ou de processos inovadores e apoiar, por meio da concessão de recursos de subvenção econômica (recursos não reembolsáveis)</i> ”. De acordo com a mídia, Thiago de Azevedo Moraes seria membro da equipe executora do Programa Centelha, e teria participado da organização deste mesmo projeto.
IF Sudeste MG ⁹	18/10/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> da IF Sudeste MG reporta que Thiago de Azevedo Moraes foi o apresentador de um evento realizado em prol de micro e pequenas empresas. De acordo com a mídia, “O Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (Critt/UFJF), em parceria com o IF Sudeste MG, promovem na próxima quarta-feira, 23 de outubro, a Apresentação das Chamadas da APEMIG para os programas Centelha e Tríplice Hélice. O evento acontece no Auditório do CRITT/UFJF, às 16 horas. O Centelha pretende disseminar a cultura do empreendedorismo inovador em todo o território nacional por meio da mobilização e articulação institucional dos atores nos ecossistemas locais, estaduais e regionais de inovação do país. A apresentação será realizada pelos representantes da FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) Thiago de Azevedo Moraes e José Fernando de Oliveira Vilela.”
Gestão de Concursos ¹⁰	2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Gestão de Concursos apresenta o Edital 01/2019, onde Thiago de Azevedo Moraes consta como aprovado para o cargo de Coordenador de CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) na Prefeitura Municipal de

⁵ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶ Fonte: [Instituto Guaicuy](http://InstitutoGuaicuy.com.br). Acesso em 28/05/2020.

⁷ José de Castro Procópio figura como *Target* em outro Relatório, como “*Coordenador Geral*” no Instituto Guaicuy.

⁸ Fonte: [FAPEMIG](http://FAPEMIG.com.br). Acesso em 29/05/2020.

⁹ Fonte: [IF Sudeste MG](http://IFSudesteMG.com.br). Acesso em 14/05/2020.

¹⁰ Fonte: [Gestão de Concursos](http://GestaoDeConcursos.com.br). Acesso em 14/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁵			
		Interações com agentes públicos ou administração pública	Catas Altas, em Minas Gerais.
Gazeta Norte Mineira ¹¹	29/09/2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal de notícias Gazeta Norte Mineira reporta que Thiago de Azevedo Moraes teria participado como um dos analistas de inovação do SIMI/Unidade Fapemig, da proposta de adesão ao Projeto Delas, que consiste no "Desafio do Empreendedorismo do Legado Acadêmico [...] realizado pelo Sistema Mineiro de Inovação e que será realizada conjuntamente em 11 instituições de ensino superior do Estado terá a participação da Universidade Estadual de Montes Claros."
Fundação CEFET Minas ¹²	2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> da Fundação CEFET Minas relata o resultado da Primeira Etapa do Concurso Público para Provimento de Cargos da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, na qual Thiago de Azevedo Moraes é citado como aprovado.
DocPlayer ¹³	2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> DocPlayer reporta o Edital de Seleção de Tutores EAD da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão - FAPEX, onde Thiago de Azevedo Moraes foi classificado para a segunda etapa da seleção para a Universidade do Estado de Minas Gerais.
Prefeitura de Lagoa Santa ¹⁴	03/03/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> da Prefeitura de Lagoa Santa reporta a lista de inscrições indeferidas para o concurso público de 2017. A inscrição de Thiago de Azevedo Moraes para o cargo de Analista de Políticas Culturais foi indeferida pois "Declarou experiência profissional anterior à conclusão da escolaridade/titulação exigida."
Universidade Federal de Minas Gerais ¹⁵	11/2010	Outras Parcerias	Publicação do <i>website</i> da Universidade Federal de Minas Gerais apresenta o Texto para discussão nº 409, elaborado por Thiago de Azevedo Moraes juntamente com Raquel Rangel de Meireles Guimarães e Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto, cujo tema é "O Efeito Da Estrutura Familiar Sobre A Estratificação Educacional No Brasil: Evidências Com Base Na Probabilidade De Progressão Por Série Entre 1986 E 2008".
LivroZilla ¹⁶	17/07/2009	Participação e/ou atuação em outras empresas e	Publicação do <i>website</i> LivroZilla apresenta o edital de classificados no concurso

¹¹ Fonte: [Gazeta Norte Mineira](#). Acesso em 29/05/2020.

¹² Fonte: [Fundação CEFET Minas](#). Acesso em 14/05/2020.

¹³ Fonte: [DocPlayer](#). Acesso em 14/05/2020.

¹⁴ Fonte: [Prefeitura de Lagoa Santa](#). Acesso em 14/05/2020.

¹⁵ Fonte: [UFMG](#). Acesso em 14/05/2020.

¹⁶ Fonte: [LivroZilla](#). Acesso em 14/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁵			
		Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	público da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, onde Thiago de Azevedo Moraes está presente, como aprovado em ampla concorrência.
		Interações com agentes públicos ou administração pública	
Prefeitura de Betim ¹⁷	27/05/2008	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal da Prefeitura Municipal de Betim apresenta o decreto nº 25.902 do dia 26 de maio de 2008, que nomeia o Thiago de Azevedo Moraes como Oficial de Apoio à Saúde do município. A nomeação teria sido realizada pelo então Prefeito de Betim, Carlaile Jesus Pedrosa.
		Interações com agentes públicos ou administração pública	
Lattes ¹⁸	2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Currículo Lattes apresenta o currículo de Thiago de Azevedo Moraes, no qual consta o cargo Analista de Inovação, no Sistema Mineiro de Inovação, SIMI, de 2017 até o presente momento, carga horária 40. No texto introdutório consta que "apoia a execução de programas de inovação e empreendedorismo pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)".
	2011 - 2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Currículo Lattes apresenta o currículo de Thiago de Azevedo Moraes, no qual consta o cargo Assessor de Gestão Educacional, no Instituto Cultural Sérgio Magnani, ICSM.
	2010 - 2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Currículo Lattes apresenta o currículo de Thiago de Azevedo Moraes, no qual consta o cargo Supervisor de Coleta, na Fundação João Pinheiro, FJP.
	2009 - 2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Currículo Lattes apresenta o currículo de Thiago de Azevedo Moraes, no qual consta o cargo de Pesquisador, no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, CEDEPLAR.
	2009 - 2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Currículo Lattes apresenta o currículo de Thiago de Azevedo Moraes, no qual consta o cargo de Pesquisador, no Grupo de Avaliações e Medidas Educacionais, GAME.
	2009 - 2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Currículo Lattes apresenta o currículo de Thiago de Azevedo Moraes, no qual consta o cargo de Estagiário, na Companhia de Urbanização de Belo Horizonte, URBEL.
	2007 - 2008	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Currículo Lattes apresenta o currículo de Thiago de Azevedo Moraes, no qual consta o cargo de Pesquisador, na Departamento de Ciências Políticas - UFMG.

¹⁷ Fonte: [Prefeitura de Betim](http://www.prefeitura.debetim.mg.gov.br). Acesso em 14/05/2020.

¹⁸ Fonte: [Lattes](http://lattes.cnpq.br). Acesso em 19/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁵			
		Interações com agentes públicos ou administração pública	
	2005 - 2007	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> Currículo Lattes apresenta o currículo de Thiago de Azevedo Moraes, no qual consta o cargo de Agente de Pesquisa, na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
	2011 - 2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Currículo Lattes apresenta o currículo de Thiago de Azevedo Moraes, no qual consta sua Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas, cursada na instituição UMA.
	2005 - 2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> Currículo Lattes apresenta o currículo de Thiago de Azevedo Moraes, no qual consta sua graduação em Ciências Sociais, cursada na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.



b) Geni Rosa de Azevedo Morais

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Geni Rosa de Azevedo Morais	
CPF	356.342.786-00	
Data de Nascimento	30/08/1957	
Posição	Mãe	
Endereço	Rua Julio Maria, 246, Vera Cruz, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.285-360	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹⁹
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	21/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	21/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	21/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	21/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta

¹⁹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
trabalhadores a condições análogas à de escravo			
Pesquisas Internacionais de <i>Compliance</i>			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	21/05/2020	N/D ²⁰	
Offshore Leaks - ICIJ	21/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²¹							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

²⁰ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 26/05/2020.

²¹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²¹							
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ²²			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

²² A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



c) Maira de Azevedo Morais

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Maira de Azevedo Morais	
CPF	013.172.126-73	
Data de Nascimento	08/05/1979	
Posição	Irmã	
Endereço	Rua Julio Maria, 246, Vera Cruz, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.285-360	
Outros Endereços	Rua Lago, 414, F, São Marcos, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.920-440	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ²³
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	25/05/2020	Nada Consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	21/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	21/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	21/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	21/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta

²³ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.3 Bases de Conformidade			
trabalhadores a condições análogas à de escravo			
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	21/05/2020	N/D ²⁴	
Offshore Leaks - ICIJ	21/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D ²⁵	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁶							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	02	N/A	N/A	N/A	N/A	02

²⁴ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 21/05/2020.

²⁵ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 25/05/2020.

²⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁶							
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	9054237-57.2016.8.13.0024	N/I	N/I	Procedimento do Juizado Especial Cível	Promovente: Maira de Azevedo Morais Promovido: Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	9019824-47.2018.8.13.0024	N/I	N/I	Execução Contra a Fazenda Pública	Promovente: Maira de Azevedo Morais Promovido: Estado de Minas Gerais

4.6 Registros de Mídia ²⁷			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Jusbrasil ²⁸	25/05/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interação com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Diário Oficial de Minas Gerais, reproduzida pelo portal JusBrasil, reporta que Maira de Azevedo Morais teria recebido promoção destinada a servidores ocupantes dos cargos de Assistente Executivo de Defesa Social, Analista Executivo de Defesa Social e Agente de Segurança Socioeducativo do quadro de pessoal da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais.

²⁷ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁸ Fonte: Jusbrasil. Acesso em 25/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ²⁷			
Escavador ²⁹	16/12/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal de notícias Escavador reporta que o então Secretário de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, General Mario Lucio Alves de Araújo, teria concedido a Maira de Azevedo Moraes o afastamento de seu cargo "Analista Executivo de Defesa Social, a afastar-se parcialmente de suas atribuições (conforme grade curricular), no período de 05/12/2017 a 31/07/2019, para participar do Mestrado em Odontologia em Saúde Pública, ministrado pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, sem prejuízo do vencimento e vantagens do cargo, ficando vedado o pagamento de demais despesas vinculadas ao mesmo."
Radar Oficial ³⁰	11/09/2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interação com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias Radar Oficial reporta que Maira de Azevedo Moraes teria sido removida por Romulo de Carvalho Ferraz, o Secretário de Estado de Defesa Social, do Ofício de: "Analista Executivo de Defesa Social, nível I, grau A, do Centro Socioeducativo Santa Terezinha/Belo Horizonte, para Centro Socioeducativo Horto/ Belo Horizonte, para regularização da situação funcional."

²⁹ Fonte: [Escavador](#). Acesso em 25/05/2020.

³⁰ Fonte: [Radar Oficial](#). Acesso em 25/05/2020.



d) Thiago de Azevedo Moraes 07644284621

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Thiago de Azevedo Moraes 07644284621		
Nome Fantasia	Thiago Moraes		
CNPJ	32.779.237/0001-09		
Natureza Jurídica	Empresário (Individual)		
CNAE Primário	85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CNAE Secundário	82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente		
Capital Social	BRL 100,00		
Data de Abertura	15/02/2019		
Endereço	Rua Centralina, 337, Barracão A, Santa Inês, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.080-140		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website ³¹	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ³²	Função/Cargo
N/I	N/A	N/A	N/A
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ³³	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	21/05/2020	Nada consta

³¹ A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 21/05/2020.

³² O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

³³ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.2 Certificados			
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	25/05/2020	Nada Consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	28/05/2020	N/D ³⁴
Certidão de Débitos	IBAMA	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	21/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	21/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	21/05/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	21/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	21/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	21/05/2020	N/D ³⁵	
Offshore Leaks - ICIJ	21/05/2020	Nada consta	

³⁴ A base de dados informa: "Empregador não cadastrado." Acesso em 28/05/2020.

³⁵ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 21/05/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ³⁶							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes

³⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ³⁷			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

³⁷ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



Belo Horizonte, 01 de julho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Universidade Federal de Ouro Preto”, Fundação Pública de Direito Público Federal, inscrita no CNPJ sob o número 23.070.659/0001-10, possui relações de parcerias com o Instituto Tecnológico Vale, com a empresa Vale S.A. e outros institutos educacionais, com intuito de gerar investimentos em instituições de ensino.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OUTRO PRETO

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

Número do documento: 20070618333898200000121981665

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618333898200000121981665>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:39

19 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norteamericano





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Universidade Federal de Ouro Preto", ("Universidade Ouro Preto", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CNPJ sob o número 23.070.659/0001-10, e com relação aos seus sócios, diretores e/ou representantes (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Claudia Aparecida Marliere de Lima ("Claudia Lima")	Pessoa Física	529.005.096-53
Hermínio Arias Nalini Junior ("Hermínio Nalini")	Pessoa Física	619.180.406-72



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 06 de maio de 2020 a 19 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 19 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 145.831 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;



- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	Hermínio Junior
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	Claudia Lima Hermínio Junior
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	UFOP
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	Claudia Lima
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Claudia Lima Hermínio Junior
Interações com agentes públicos ou administração pública		UFOP Claudia Lima Hermínio Junior
Parcerias com ATI em questão		UFOP
Outras Parcerias		UFOP Claudia Lima Hermínio Junior
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		UFOP Claudia Lima Hermínio Junior
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		UFOP Claudia Lima Hermínio Junior
Relação com Vale		-



4. RESULTADOS

a) Universidade Federal de Ouro Preto

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Universidade Federal de Ouro Preto		
Nome Fantasia	N/I		
CNPJ	23.070.659/0001-10		
Natureza Jurídica	Fundação Pública de Direito Público Federal		
CNAE Primário	84.11-6-00 - Administração pública em geral		
CNAE Secundário	N/I		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	29/08/1969		
Endereço	Rua Diogo de Vasconcelos, 122, Centro, Ouro Preto - MG, CEP: 35.400-000		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	03 filiais		
Registro SINTEGRA	Habilitado (IE: 461570898.00-93)		
Website ¹	Universidade Federal de Ouro Preto		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ²	Função/Cargo
Claudia Aparecida Marliere de Lima	529.005.096-53	0,00%	Reitor
Hermínio Arias Naliní Junior	619.180.406-72	0,00%	Vice-Reitor
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ³	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas

¹ A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 21/05/2020.

² O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

³ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.2 Certificados			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	16/06/2020	N/D ⁴
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	10/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	10/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	10/06/2020	Nada consta	

⁴ Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "As informações disponíveis na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 23.070.659/0001-10 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet." Acesso em 16/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
Claudia Aparecida Marliere de Lima	529.005.096-53	Reitor	Universidade Federal de Ouro Preto, CNPJ: 23.070.659/0001-10	
Hermínio Arias Nalini Junior	619.180.406-72	Vice-Reitor	Universidade Federal de Ouro Preto, CNPJ: 23.070.659/0001-10	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	04	N/A	N/A	N/A	N/A	04
Justiça Federal	Minas Gerais	05	N/A	N/A	N/A	N/A	05
Tribunal Regional Federal	1ª Região	35	N/A	N/A	N/A	N/A	35
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	04	N/A	N/A	N/A	N/A	04
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	29	N/A	N/A	N/A	N/A	29
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ⁶	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos					
COMPROT	N/A	36					
CADE	N/A	N/I					

⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 10/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵		
CVM	N/A	N/I
TCU	N/A	50

4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	1000529-50.2019.4.01.3822	N/I	Remessa Necessária Cível	N/I	Recorrente: Josiana Goncalves Campos Viana - Mg151094-A Recorrido: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	0010891-97.2019.5.03.006	N/I	N/I	N/I	Autor: Universidade Federal de Ouro Preto, Réu: Meg Serviços Terceirizados Ltda.
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	0010464-08.2016.5.03.00	N/I	N/I	N/I	Réu: Universidade Federal de Ouro Preto, CDR Serviços Eireli, Autor: Humberto Claudio Daconceicao Oliveira
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	0010200-52.2017.5.03.010	N/I	N/I	N/I	Recorrente: Milene Duarte Domingues, Recorrido: Universidade Federal de Ouro Preto, Nutrisabor Assessoria E Alimentos Ltda.
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	0012074-11.2016.5.03.0069	N/I	N/I	N/I	Autor: Luiz Fernando Sales de Oliveira, Réu: Município de Ouro Petro, Universidade Federal de Ouro Petro
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0004731-22.1996.8.13.0461	06/04/1998	N/I	Cumprimento de Sentença	Ativa: Fazenda Pública Federal, Passiva: UFOP Universidade Federal De Ouro Preto, Outro: UFOP Universidade Federal De Ouro Preto, Fazenda Pública Federal
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	0004976-82.2010.4.01.3800	27/01/2010	Índice da Urv Lei 8.880-1994	Procedimento do Juizado Especial Cível	Ativa: Augusto Cesar Lobo, Passiva: Universidade Federal De Ouro Preto
Tribunal Regional Federal	0049561-	30/08/2010	10318 - Índice da	AI - Agravo de	Agravado: Sindicato dos Trabalhadores Técnicos e

⁷ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
da 1º Região	76.2010.4.01.0000		Urv Lei 8.880-1994	Instrumento	Administrativos da Universidade Federal de Ouro Preto, Aroeira Braga Gusman Pereira Carreira Alvim e Advogados Associados, Jose Milton Natividade, Jose Rodrigues Fontes, Jose Hipólito Ferreira, Jose Martiniano Rodrigues, Jose Henrique Rodrigues, Jose Jacinto Anacleto, Jose Lindolfo Gomes, Jose Mafaldo, Jose Mauro Elias, Jose Patrocínio Fernandes, Jose Procópio Camilo, Jose Raimundo Timóteo, Jose Secundino da Silva, Jose Teófilo de Freitas, Jose Teotônio de Almeida, Jose Vitorino dos Santos, Juarez Goncalves, Julio Cesar de Figueiredo, Julio Cesar Gramigna, Julio Jose de Souza, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto, Proc/S/Oab: Procuradoria Regional Federal da 1ª Região
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0000601-55.2011.4.01.0000	20/01/2011	10289 - Gratificações da Lei 8.112-1990	Ai - Agravo de Instrumento	Agravado: Geraldo Cleber da Costa, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto, Proc/S/Oab: Procuradoria Regional Federal da 1ª Região
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0000602-40.2011.4.01.0000	20/01/2011	10317 - Índice de 28,86% Lei 8.622-1993 e 8.627-1993	Ai - Agravo de Instrumento	Agravado: Adilson Pereira dos Santos, Ana Lucia Rissoni dos Santos, Antonio Felipe da Silva, Carlos Alberto Cardoso Alves, Claudio Lopes de Oliveira, Efigênia Aparecida da Silva Paulino, Flavio Gomes, Armando Maia Wood, Caroline Janette Souza Gomes, Cleber Goncalves da Costa, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto, Proc/S/Oab: Procuradoria Regional Federal da 1ª Região
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0033974-77.2011.4.01.0000	13/06/2011	Índice da Urv Lei 8.880-1994	Ai - Agravo de Instrumento	Ativa: Universidade Federal De Ouro Preto, Passiva: Sindicato Dos Trabalhadores Técnicos E Administrativos Da Universidade Federal De Ouro





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
					Preto - Assufop, Aroeira Braga Gusman Pereira Carreira Alvim E Advogados Associados
Superior Tribunal de Justiça	0018421- 90.1998.4.01.3800	12/12/2011	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Reajustes de Remuneração, Proventos Ou Pensão, Índice de 28,86% Lei 8.622-1993 e 8.627-1993.	N/I	Agravado: Jose Benedito Donadon Leal, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0065027- 25.2011.4.01.3800	12/12/2011	Indenização Terço Constitucional, 10301 - Férias	Procedimento Comum Cível	Ativa: Adufop Associação Dos Docentes Da Universidade Federal De Ouro Preto, Passiva: Universidade Federal De Ouro Preto UFOP
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0074024- 48.2011.4.01.0000	13/12/2011	10318 - Índice da Urv Lei 8.880- 1994	Ai - Agravo de Instrumento	Agravado: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior / Andes/Sn, Adailton Eustaquio Magalhaes, Antonio Clésio Ferreira, Ana Lucia Rissoni dos Santos, Antonio Claret Soares Sabioni, Aloisio Alberto Nardy Pena, Carlos Alberto Marques Pietrobon, Carlos Antonio da Silva, Camilo Adalton Mariano da Silva, Antonio Luiz Rosa, Antonio Luciano Gandini, Benedito Amâncio de Moraes, Aroeira Braga Gusman Pereira Carreira Alvim e Advogados Associados, Antenor Rodrigues Barbosa Junior, Aldeci Silva, Andrea Grabe, Adriano Sergio Lopes da Gama Cerqueira, Andre Barros Cota, Andre





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
					Danderfer Filho, Angélica Fortes Drumond Chicarino Varajao, Armando de Faria Ruas, Carla Penido Serra, Carlos Eduardo Ferraz de Mello, Agravante: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Proc/S/Oab: Procuradoria Regional Federal da 1ª Região
Superior Tribunal de Justiça	20120013460-9	08/03/2012	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Concurso Público - Edital.	N/I	Agravado: Universidade Federal de Ouro Preto, Agravante: Luciene Simões de Assis Tafuri
Superior Tribunal de Justiça	20120040829-1	21/03/2012	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Reajustes de Remuneração, Proventos Ou Pensão, Índice de 28,86% Lei 8.622-1993 e 8.627-1993.	N/I	Agravado: Marger da Conceição Ventura Viana e Outros, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	0018380-86.2012.4.01.0000	11/04/2012	10428 - Penalidades	AI - Agravo de Instrumento	Agravado: Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto / Feop, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto, Proc/S/Oab: Procuradoria Regional Federal da 1ª Região
Superior Tribunal de Justiça	0001389-	03/09/2012	Direito	N/I	Agravado: Gabriel de Oliveira Polli e Outros,





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
	69.2011.4.01.0000		Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Reajustes de Remuneração, Proventos Ou Pensão.		Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto
Superior Tribunal de Justiça	20130189577-8	11/07/2013	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Sistema Remuneratório e Benefícios, Gratificação Incorporada - Quintos e Décimos - Vpni.	N/I	Agravado: Venceslau Modesto dos Santos, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0043084-78.2013.4.01.3800	26/08/2013	Índice da Urv Lei 8.880-1994	Procedimento Ordinário	Ativa: Sindicato Dos Trabalhadores Técnicos Administrativos Da Universidade Federal De Ouro Preto Assufop, Passiva: Universidade Federal De Ouro Preto Ufop
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0022958-46.2009.4.01.3800	28/08/2013	10298 - Diárias e Outras Indenizações	Apciv - Apelação Cível	Apelado: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Apelante: Adufop / Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto, Proc/S/Oab: Procuradoria Regional Federal da 1ª Região
Superior Tribunal de Justiça	0033054-	11/10/2013	Direito	N/I	Agravado: Universidade Federal de Ouro Preto,





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
	67.2002.4.01.3800		Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Reajustes de Remuneração, Proventos Ou Pensão, Índice de 28,86% Lei 8.622-1993 e 8.627-1993.		Agravante: Maria Clara Vieira e Outros
Superior Tribunal de Justiça	0008153-23.2001.4.01.0000	15/10/2013	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Reajustes de Remuneração, Proventos Ou Pensão.	N/I	Agravado: Universidade Federal de Ouro Preto, Agravante: Jorge da Cruz Silvestre e Outro
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	0057334-19.2013.4.01.3800	25/10/2013	Diárias e Outras Indenização	Procedimento Comum	Ativa: Associação Dos Docentes Da Universidade Federal De Ouro Preto, Sindicato Dos Trabalhadores Técnicos Administrativos Da Universidade Federal De Ouro Preto Assufop, Passiva: União Federal, Universidade Federal De Ouro Preto UFOP
Superior Tribunal de Justiça	0040902-13.1999.4.01.3800	03/12/2013	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público,	N/I	Agravado: Universidade Federal de Ouro Preto, Agravante: Maria Cristina Teixeira Braga Messias e Outros





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
			Servidor Público Civil, Reajustes de Remuneração, Proventos Ou Pensão, Índice de 28,86% Lei 8.622-1993 e 8.627-1993.		
Superior Tribunal de Justiça	0029960-48.2001.4.01.3800	03/12/2013	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Reajustes de Remuneração, Proventos Ou Pensão, Índice de 28,86% Lei 8.622-1993 e 8.627-1993.	N/I	Agravado: Universidade Federal de Ouro Preto, Agravante: Antonio Luiz Rosa e Outro
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	0021603-64.2010.4.01.3800	14/12/2013	10261 - Licença-Prêmio	Apelremnec - Apelação / Remessa Necessária	Apelado: Jaime Roberto Teixeira Rios, Apelante: Universidade Federal de Ouro Preto, Proc/S/Oab: Procuradoria Regional Federal da 1ª Região, Rec. Adesivo: Jaime Roberto Teixeira Rios, Remetente: Juízo Federal da 8ª Vara / Mg
Superior Tribunal de Justiça	0033612-44.1999.4.01.3800	27/01/2014	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público,	N/I	Agravado: Universidade Federal de Ouro Preto, Agravante: Elinor de Oliveira Carvalho, Crover Batalha, Amelia Kassis de Oliveira Santos, Antonio Leite, Heraldo Hugo de Morais





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
			Servidor Público Civil, Reajustes de Remuneração, Proventos Ou Pensão, Índice de 28,86% Lei 8.622-1993 e 8.627-1993.		
Superior Tribunal de Justiça	0020661-76.2003.4.01.3800	25/02/2014	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Aposentadoria.	N/I	Agravado: Geraldo Horta, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto
Superior Tribunal de Justiça	0003704-87.2009.4.01.3800	27/02/2014	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Serviços, Ensino Superior, Matrícula.	N/I	Agravado: Janaina Flavia Correa Lopes Silva, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0027452-75.2014.4.01.3800	03/04/2014	Férias	Cumprimento Provisório de Sentença	Ativa: Adufop Associação Dos Docentes Da Universidade Federal De Ouro Preto, Passiva: Universidade Federal De Ouro Preto UFOP
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0019853-39.2014.4.01.0000	10/04/2014	10318 - Índice da Urv Lei 8.880-1994	AI - Agravo de Instrumento	Agravado: Universidade Federal de Ouro Preto, Agravante: Kleber Aguiar de Carvalho, Marcilio Dias de Carvalho, Marcius Costa Machado, Luiz Fernando Loureiro Ribeiro, Luiz Claudio Candido, Luiz



4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
					Fernando Rispoli Alves, Margarete Aparecida Santos, Marco Antonio Rodrigues Drummond, Marger da Conceição Ventura Viana, Marco Tulio Ribeiro Evangelista, Luiz Carlos Villalta, Marcio Antonio Moreira Galvão, Marco Antonio Fonseca, Margareth da Silva Correa, Marcone Jamilson Freitas Souza, Maria Alzira Diniz Almeida, Margarete Nimer, Aroeira Braga Gusman Pereira Carreira Alvim e Advogados Associados, Luiz Fernando de Medeiros Teixeira, Marcelo Augusto Martins Neto, Marcelo Luiz Silva, Marcia Veloso de Menezes, Marco Antonio Palmieri, Maria Amélia de Carvalho, Proc/S/Oab: Procuradoria Regional Federal da 1ª Região
Superior Tribunal de Justiça	0006761-79.2010.4.01.3800	09/05/2014	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Sistema Remuneratório e Benefícios, Isonomia-Equivalência Salarial.	N/I	Agravado: Universidade Federal de Ouro Preto, Agravante: Karim Manjud Maluf
Superior Tribunal de Justiça	0029570-49.1999.4.01.3800	29/05/2014	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público	N/I	Agravado: Luiz Otavio Carvalho Goncalves de Souza, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto



4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
			Civil, Reajustes de Remuneração, Proventos Ou Pensão, Índice de 28,86% Lei 8.622-1993 e 8.627-1993.		
Superior Tribunal de Justiça	0139295-10.2014.3.00.0000	11/06/2014	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Regime Estatutário, Direito de Greve.	N/I	Requerente: Universidade Federal Do Rio Grande - Furg, Fundação Universidade Federal Do Abc Ufabc, Universidade Federal Do Acre, Fundação Universidade Federal De Alagoas Ufal, Fundação Universidade Do Amazonas, Universidade Federal Da Bahia Ufba, Universidade Federal Do Ceará, Universidade Federal De Campina Grande - Ufcg, Universidade Federal De Ciências Da Saúde De Porto Alegre Ufscpa, Universidade Federal Rural Do Semi - Árido, Universidade Federal Do Espírito Santo Ufes, Universidade Federal Fluminense Uff, Universidade Federal Da Fronteira Sul - Uffs, Universidade Federal De Goiás, Universidade Federal De Juiz De Fora, Universidade Federal De Lavras, Universidade Federal Do Maranhão - Ufma, Universidade Federal De Minas Gerais, Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul, Universidade Federal De Mato Grosso Ufmt, Universidade Federal Do Oeste Da Bahia - Ufob, Universidade Federal De Ouro Preto, Universidade Federal Do Oeste Do Pará Ufopa, Universidade Federal Do Pará Ufpa, Universidade Federal Da Paraíba, Universidade Federal De



4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
					Pernambuco, Fundação Universidade Federal Do Piauí, Universidade Federal Do Paraná Ufpr, Universidade Federal Rural Da Amazônia - Ufra
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0036899-41.2014.4.01.0000	07/07/2014	10317 - Índice de 28,86% Lei 8.622-1993 e 8.627-1993	AI - Agravo de Instrumento	Agravado: Maria Alzira Diniz Almeida, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto, Proc/S/Oab: Procuradoria Regional Federal da 1ª Região
Superior Tribunal de Justiça	0034104-53.2000.4.01.0000	04/08/2014	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Aposentadoria.	N/I	Agravado: Universidade Federal de Ouro Preto, Agravante: Joao Eustaquio Vale Aguilar
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0043638-30.2014.4.01.0000	05/08/2014	10318 - Índice da Urv Lei 8.880-1994	AI - Agravo de Instrumento	Agravado: Maria Aparecida Dias Aquino, Mauricio Antonio Carneiro, Maria Silvia Carvalho Barbosa, Maria Auxiliadora Neves Nogueira, Maria das Graças Rigueira Alvares, Maria Lucia Jacob Dias de Barros, Maria Clara Vieira, Maria Arlene Fausto, Maria Lucia Dias de Figueiredo, Mauricio de Abreu e Silva, Maria Elisabete da Silva Barros, Maria Claudia Feres Monteiro de Castro Souza, Aroeira Braga Gusman Pereira Carreira Alvim e Advogados Associados, Maria Celia da Silva Lanna, Maria Lucia Pedrosa, Maria Perpetuo Socorro Mol Pereira, Maria Ruth Goncalves Gaede Carrillo, Maria Terezinha Bahia, Mariangela Garcia Praça Leite, Messias Gilmar de Menezes, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto, Proc/S/Oab: Procuradoria Regional Federal da





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
					1• Região
Superior Tribunal de Justiça	0024824- 07.2000.4.01.3800	08/09/2014	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Sistema Remuneratório e Benefícios, Auxílio- Transporte.	N/I	Agravado: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0019349- 07.1999.4.01.3800	18/09/2014	10317 - Índice de 28,86% Lei 8.622-1993 e 8.627-1993	Apciv - Apelação Cível	Apelado: Universidade Federal de Ouro Preto, Apelante: Rosa Maria Taveira Neiva, Jose Davi de Oliveira Cabral, Clarice Matias da Silveira Melo, Celso Taveira, Wilson Trigueiro de Sousa, Proc/S/Oab: Procuradoria Regional Federal da 1• Região
Superior Tribunal de Justiça	0014102- 06.2003.4.01.3800	22/09/2014	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Tempo de Serviço.	N/I	Recorrente: Jader Martins, Recorrido: Universidade Federal de Ouro Preto
Superior Tribunal de Justiça	0012945- 03.2000.4.01.3800	07/01/2015	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Tempo de	N/I	Agravado: Jose Pereira de Figueiredo Filho, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto, Recorrente: Jose Pereira de Figueiredo Filho, Recorrido: Universidade Federal de Ouro Preto



4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
			Serviço, Averbação - Contagem de Tempo Especial.		
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0010348-87.2015.4.01.0000	05/03/2015	Ferías	AI - Agravo de Instrumento	Ativa: Universidade Federal De Ouro Preto, Passiva: Adufop - Associação Dos Docentes Da Universidade Federal De Ouro Preto
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0000511-85.2015.4.01.3822	10/03/2015	Ensino Superior	Mandado de Segurança	Ativa: Lucas Bakir Freitas, Passiva: Presidente Da Copeps, Pro Reitor De Graduação Da Universidade Federal De Ouro Preto - Ufop Outro: Universidade Federal De Ouro Preto
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0034463-29.2012.4.01.3800	07/05/2015	10239 - Nomeação	Apelremnec - Apelação / Remessa Necessária	Apelado: Jairo Antonio da Paixão, Apelante: Universidade Federal de Ouro Preto, Proc/S/Oab: Procuradoria Regional Federal da 1ª Região, Remetente: Juízo Federal da 22ª Vara / Mg
Superior Tribunal de Justiça	0047059-60.2003.4.01.3800	12/05/2015	Direito Civil, Coisas, Posse, Imissão.	N/I	Agravado: Arquidiocese de Mariana, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto
Superior Tribunal de Justiça	0047060-45.2003.4.01.3800	18/05/2015	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público.	N/I	Agravado: Arquidiocese de Mariana, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0001550-20.2015.4.01.3822	27/07/2015	Ensino Superior	Mandado de Segurança	Ativa: Marieli Biondo Lopes, Passiva: Reitor Da Universidade Federal De Ouro Preto - UFOP, Outro: Universidade Federal De Ouro Preto - UFOP
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0001749-13.2013.4.01.3822	12/08/2016	10221 - Isonomia- Equivalência Salarial	Apciv - Apelação Cível	Apelado: Universidade Federal de Ouro Preto, Apelante: Mauricio Jose Guimaraes, Proc/S/Oab: Procuradoria Regional Federal da 1ª Região
Superior Tribunal de Justiça	0239617-	02/09/2016	Direito	N/I	Agravante: Universidade Federal De Ouro Preto,





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
	67.2016.3.00.0000		Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Sistema Remuneratório e Benefícios, Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - Inciso X, Art. 37, Cf 1988).		Agravado: Amelia Kassis Oliveira Santos, Antonio Leite, Crover Batalha, Elinor De Oliveira Carvalho, Heraldo Hugo De Moraes
Superior Tribunal de Justiça	0337807-65.2016.3.00.0000	23/12/2016	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Empregado Público - Temporário.	N/I	Suscitante: Juízo De Direito Da 1a Vara Cível De Ouro Preto - Mg, Suscitado: Juízo Da Vara Do Trabalho De Ouro Preto - Mg, Interessado: Monique Da Silva De Jesus Sabino, Município De Ouro Preto, Universidade Federal De Ouro Preto - UFOP
Superior Tribunal de Justiça	0162545-67.2017.3.00.0000	10/07/2017	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil.	N/I	Suscitante: Juízo Da Vara Do Trabalho De Ouro Preto - Mg, Suscitado: Juízo De Direito Da 1a Vara Cível De Ouro Preto - Mg, Interessado: Jose Coelho Tavares, Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0067291-10.2014.4.01.3800	09/08/2017	10291 - Adicional de Insalubridade	Apciv - Apelação Cível	Apelado: Universidade Federal de Ouro Preto, Apelante: Roberto Pacheco de Carvalho, Jose Henrique Braga Fortes, Jose Carlos Ponciano Gomes, Proc/S/Oab: Procuradoria Regional Federal da 1ª





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
					Região
Superior Tribunal de Justiça	0014797-62.2000.4.01.3800	29/08/2017	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Reajustes de Remuneração, Proventos Ou Pensão, Índice de 28,86% Lei 8.622-1993 e 8.627-1993.	N/I	Agravado: Isabel Maria de Vasconcellos Lapertosa, Agravante: Universidade Federal de Ouro Preto
Tribunal Regional Federal da 1º Região	0046876-52.2017.4.01.0000	15/09/2017	Índice de 28,86% Lei 8.622-1993 e 8.627-1993	AI - Agravo de Instrumento	Ativa: Sindicato Dos Trabalhadores Técnico E Administrativos Da Universidade Federal De Ouro Preto, Ecio De Jesus De Paula Alves, Geraldo Baldi, Marcelo Antonio Gomes Rolim, Maria Jose De Oliveira Menezes, Paulo Amaro, Walter Mauricio Duarte, Maria Das Graças Moreira E Silva, Maria De Lourdes Souza Lima, Carlos Alberto Pereira, Paulo Da Silva, Paulo Ribeiro Dos Santos, Paulo Roberto Santos, Maria Jose Magalhaes Tropa, Maria Luiza Vieira, Maria Regina De Fatima Santos, Marilda Maria Maciel Villanova Sonia Maria Da Silva Oliveira, Hélio De Oliveira Santos, Geraldino Lopes Duarte, Geraldo Ivan Rodrigues, Geraldo Pena De Oliveira, Adriana Paiva De Souza Martins, Alexandre Alvarez De Souza Martins, Marcio Flavio Mol, Jesus Romualdo Pinto, Luciana Rodrigues Dos Santos, Luciano Dos Santos,



4.5.1 Processos Judiciais⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)

					<p>Luiz Carlos De Oliveira, Luiza De Marillac Dos Reis, Mara Nei Mesquita Teodoro Faria, Lauro Ferreira Guimaraes Neto, Julio Cesar Harmendani, Maria Cristina De Melo Nunes, Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond, Arnaldo Fortes Drummond, Delza Maia Valadares, Rosa Maria Ferreira, Leia Lopes Laia Cardozo, Gilda Cardozo Dias, Maria Das Graças De São Jose Nascimento Batista, Maria Jose Dos Santos, Luzia Celia Da Silva Moreira, Luzia Celia Da Silva Moreira, Telmo Marcio Lopes Dos Santos, Eni Lucas De Carvalho Moreira, Arnaldo De Almeida, Ivete Estevão Dos Santos, Marcio Luiz De Paula Alves, Gloria Coppoli Ramalho Bitaraes, Alice Maria Aleixo Ribeiro, Patrícia Verciani De Mendonca Carneiro, Cinira Leonardo Swerts Esteves, Silvia Maria De Paula Alves Rodrigues, Arlete Auxiliadora Gomes, Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho, Maria Das Graças Madureira Ogando, Maria Da Consolação Bitencourt, Sonia Maria Martins Jeronymo, Antonio Roque Da Silva, Rosangela Maria Dos Santos Gomes Godoy, Dirlene Conceição De Azevedo Gomes, Maria Goret Antônia Da Silva Costa, Geraldo Magela Bhering, Pedro Paulo Pereira, Paulo Gonzaga De Lima, Laura Maria E Silva Xavier, Maria De Lourdes Santos Jales, Vicente Evangelista De Oliveira, Jose Martiniano Rodrigues, Raimundo Amaury Araujo Sales, Giselia Maria Ribeiro Brandao Maia, Zelia Ribeiro Valadares, Roberto Pacheco De Carvalho, Rosimeire Da Fonseca, Fernando Fortes Morais, Jose</p>
--	--	--	--	--	---



4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
					Carlos De Carvalho, Marli Elias Veisac, Maurílio Torres, Milton Da Silva Coelho, Nair Pimenta, Neide Nativa, Jose Vitorino Dos Santos, Hoover Van Newton Orro Joviano Dos Santos, Passiva: Universidade Federal De Ouro Preto, Outro: Procuradoria Regional Federal Da 1ª Região
Superior Tribunal de Justiça	0011741-38.2001.4.01.0000	23/10/2017	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Sistema Remuneratório e Benefícios, Gratificação Incorporada - Quintos e Décimos - Vpni.	N/I	Recorrente: Universidade Federal de Ouro Preto, Recorrido: Ângelo Cesar Damiao
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5000591-19.2017.8.13.0461	05/12/2017	Direito Processual Civil e do Trabalho - Objetos De Cartas Precatórias/De Ordem - Oitiva	Carta Precatória Cível (261)	Autor: Humberto Alves da Silva, Réu: Universidade Federal de Ouro Preto
Superior Tribunal de Justiça	0033478-70.2006.4.01.3800	13/12/2017	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público	N/I	Recorrente: Universidade Federal de Ouro Preto, Recorrido: Adilson Curi



4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
			Civil, Sistema Remuneratório e Benefícios, Descontos Indevidos.		
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5000074-77.2018.8.13.0461	25/01/2018	N/I	Carta Precatória Cível	Autor: Maria da Conceição de Jesus, Réu: Universidade Federal de Ouro Preto
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5000182-09.2018.8.13.0461	15/02/2018	Direito Processual Civil e do Trabalho - Objetos De Cartas Precatórias/De Ordem - Intimação	Carta Precatória Cível	Autor: Universidade Federal de Ouro Preto, Réu: José Jaime Cespedes Gutierrez
Superior Tribunal de Justiça	0014382-84.1997.4.01.3800	26/02/2018	Direito Tributário, Dívida Ativa.	N/I	Recorrente: Fazenda Nacional, Recorrido: Universidade Federal de Ouro Preto
Superior Tribunal de Justiça	0015630-26.2013.4.01.3800	05/12/2019	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Regime Estatutário, Nomeação.	N/I	Agravado: Universidade Federal de Ouro Preto, Agravante: Breno de Mello Silva
Justiça Federal do Estado de Minas Gerais	1000338-68.2020.4.01.3822-MS	21/02/2020	CI - Remoção, 1• Ccr - Remoção, 5• Ccr - Remoção	Mandado de Segurança	Autor: Mirian Martins Ribeiro, Réu: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Reitor Universidade Federal De Ouro Preto
Justiça Federal do Estado de Minas Gerais	1000446-97.2020.4.01.3822-MS	06/03/2020	Mandado de Segurança	Sci - Vestibular, Pfdc - Vestibular, 1• Ccr - Vestibular, 3• Ccr -	Autor: Julya Maysa Tomaz Neves, Réu: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Reitor Da Universidade Federal De Ouro Preto





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
				Vestibular	
Tribunal Regional Federal da 1º Região	1000213-71.2018.4.01.3822	18/03/2020	Sci - Matrícula, Pfdc - Matrícula, 1• Ccr - Matrícula, 3• Ccr - Matrícula, Sci - Vestibular, Pfdc - Vestibular, 1• Ccr - Vestibular, 3• Ccr - Vestibular	Apelação Cível	Autor: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Leticia Tamilla de Lima Moreira, Réu: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Leticia Tamilla de Lima Moreira
Justiça Federal do Estado de Minas Gerais	1000583-79.2020.4.01.3822-MS	20/03/2020	Mandado de Segurança	Sci - Ensino Superior, Pfdc - Ensino Superior, 1• Ccr - Ensino Superior, 2• Ccr - Ensino Superior, 3• Ccr - Ensino Superior	Autor: Cilza Carla Bignotto, Réu: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Pró-Reitor De Administração Da Universidade Federal De Ouro Preto, Interessado: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Fundação Universidade Federal De São Carlos
Tribunal Regional Federal da 1º Região	1000153-98.2018.4.01.3822	24/03/2020	Sci - Sistemas de Cotas - Lei 10.558-2002, Pfdc - Sistemas de Cotas - Lei 10.558-2002, 1• Ccr - Sistemas de Cotas - Lei 10.558-2002, 3• Ccr - Sistemas de Cotas - Lei 10.558-2002	Apelação Cível	Autor: Tomas do Nascimento e Silva Henriques, Réu: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto



4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal Regional Federal da 1º Região	1000409-41.2018.4.01.3822	26/03/2020	Sci - Sistemas de Cotas - Lei 10.558-2002, Pfdc - Sistemas de Cotas - Lei 10.558-2002, 1• Ccr - Sistemas de Cotas - Lei 10.558-2002, 3• Ccr - Sistemas de Cotas - Lei 10.558-2002	Apelação Cível	Autor: Ana Flavia Barbosa e Castro, Réu: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Tribunal Regional Federal da 1º Região	1000163-32.2019.4.01.3815	07/04/2020	Sci - Sistemas de Cotas - Lei 10.558-2002, Pfdc - Sistemas de Cotas - Lei 10.558-2002, 1• Ccr - Sistemas de Cotas - Lei 10.558-2002, 3• Ccr - Sistemas de Cotas - Lei 10.558-2002	Apelação Cível	Autor: Marcos Vinicius de Souza Lima, Réu: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Justiça Federal do Estado de Minas Gerais	1000842-74.2020.4.01.3822-ACP	14/04/2020	Ação Civil Pública	Sci - Descontos Indevidos, Pfdc - Descontos Indevidos, 1• Ccr - Descontos Indevidos, 5• Ccr -	Autor: Associação Dos Docentes Da Universidade Federal de Ouro Preto, Réu: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto



4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)						
				Descontos Indevidos, Sci - Nulidade De Ato Administrativo, 5• Ccr - Nulidade De Ato Administrativo, Adm - Covid-19, Pgr - Covid- 19, Sci - Covid-19, Pfdc - Covid-19, 1• Ccr - Covid-19, 2• Ccr - Covid-19, 3• Ccr - Covid-19, 4• Ccr - Covid-19, 5• Ccr - Covid-19, 6• Ccr - Covid-19, 7• Ccr - Covid-19, Eleitoral - Covid-19		
Tribunal Regional Federal da 1º Região	1000823- 17.2018.4.01.3700	16/04/2020	Sci - Ensino Fundamental e Médio, Pfdc - Ensino Fundamental e Médio, 1• Ccr - Ensino Fundamental e Médio, 3• Ccr - Ensino Fundamental e Médio, Sci - Exame Nacional	Apelação Cível	Autor: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Réu: Gabriel Mendes do Nascimento	





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
			de Ensino Médio - Enem, Pfdc - Exame Nacional de Ensino Médio - Enem, 1º Ccr - Exame Nacional de Ensino Médio - Enem, 3º Ccr - Exame Nacional de Ensino Médio - Enem		
Justiça Federal do Estado de Minas Gerais	1000885- 11.2020.4.01.3822- ACP	20/04/2020	Ação Civil Pública	Sci - Servidores Ativos, 1º Ccr - Servidores Ativos, 5º Ccr - Servidores Ativos, Sci - Nulidade De Ato Administrativo, 5º Ccr - Nulidade De Ato Administrativo	Autor: Associação Dos Docentes Da Universidade Federal de Ouro Preto, Réu: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, União Federal
Tribunal Regional Federal da 1º Região	1002932- 58.2019.4.01.3800	11/05/2020	Sci - Equilíbrio Financeiro, 1º Ccr - Equilíbrio Financeiro, 5º Ccr - Equilíbrio Financeiro	Apelação - Reexame Necessário	Apelado: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Osw Manutenção e Serviços Minas Gerais EIRELI / EPP
Tribunal Regional Federal da 1º Região	1002715- 46.2019.4.01.3822	14/05/2020	Sci - Freqüência Às Aulas, Pfdc - Freqüência Às	Reexame Necessário	Autor: Raisia Cristina Moreira Rosa, Réu: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Reitora da Ufop



4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
			Aulas, 1• Ccr - Frequência Às Aulas, 3• Ccr - Frequência Às Aulas, Sci - Gestante - Adotante - Paternidade, Pfdc - Gestante - Adotante - Paternidade, 1• Ccr - Gestante - Adotante - Paternidade, 5• Ccr - Gestante - Adotante - Paternidade		
Tribunal Regional Federal da 1º Região	1000523- 43.2019.4.01.3822	29/05/2020	Sci - Matrícula, Pfdc - Matrícula, 1• Ccr - Matrícula, 3• Ccr - Matrícula	Apelação - Reexame Necessário	Autor: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Réu: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Pedro Henrique Lopes da Silva
Tribunal Regional Federal da 1º Região	1001886- 65.2019.4.01.3822	29/05/2020	Sci - Vestibular, Pfdc - Vestibular, 1• Ccr - Vestibular, 3• Ccr - Vestibular	Apelação Cível	Autor: Thalys Henrique Kuster Campos, Réu: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Presidente da Comissão de Verificação de Renda da Universidade Federal de Ouro Preto/Mg, Presidente da Comissão de Análise de Pedido de Reconsideração / Cota Para Negros da Universidade Federal de Ouro Preto/Mg, Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto/Mg



4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal Regional Federal da 1º Região	1000267-03.2019.4.01.3822	05/06/2020	Sci - Adicional de Periculosidade, Pfdc - Adicional de Periculosidade, 1• Ccr - Adicional de Periculosidade, 5• Ccr - Adicional de Periculosidade	Apelação - Reexame Necessário	Apelado: Sindicato dos Trabalhadores Técnico/Administrativos da, Apelante: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, União Federal

4.6 Registros de Mídia ⁸			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Portal da Transparência ⁹	N/I	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Portal da Transparência informa que a Universidade Federal de Ouro Preto teria ganho licitações e firmado contratos com o Ministério da Educação ao longo do ano de 2018.
Vale ¹⁰	N/I	Outras Parcerias	Publicação do <i>website</i> da Vale informa que o Instituto Tecnológico Vale teria inaugurado o "Parque Laboratorial do Instituto Tecnológico Vale - ITV" que seria localizado no campus da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. Segundo a mídia "O laboratório será a base para o desenvolvimento de novas tecnologias que vão apoiar a mineração do futuro."
Prefeitura de Mariana ¹¹	N/I	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal Prefeitura de Mariana informa que a Universidade Federal de Ouro Preto teria firmado convênio com a Prefeitura de Mariana para a reabertura das atividades culturais no entorno das estações ferroviárias de Mariana e Ouro Preto: "o que era o Complexo Cultural Trem da Vale passa a se chamar Complexo Cultural Circula Trilha."
AEDAS ¹²	N/I	Parcerias com ATI em questão	Portal da AEDAS disponibiliza página de parceiros no qual consta a Universidade Federal de Ouro Preto.

⁸ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁹ Fonte: [Portal da Transparência](#). Acesso em 03/06/2020.

¹⁰ Fonte: [Vale](#). Acesso em 03/06/2020.

¹¹ Fonte: [Prefeitura de Mariana](#). Acesso em 03/06/2020.

¹² Fonte: [AEDAS](#). Acesso em 22/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
Jusbrasil ¹³	28/11/2008	Interações com agentes públicos ou administração pública Mídias adversas	Publicação do portal Jusbrasil informa que a Universidade Federal de Ouro Preto teria firmado termo de ajustamento de conduta (TAC) com o Ministério Público Federal de Minas Gerais (MPF/MG) para a solução de irregularidades em obras realizadas nos imóveis ocupados pelas repúblicas Casanova e Cassino. Segundo a mídia os imóveis estariam funcionando em propriedades da União que seriam cedidos pela UFOP por meio de contratos de cessão onerosa, porém "segundo o MPF, os estudantes resistem a cumprir as ordens do Iphan. No caso específico das repúblicas Casanova e Cassino, que, apesar de constituírem duas unidades habitacionais separadas, integram um mesmo imóvel, as obras foram feitas irregularmente. Entre outras alterações, constam a construção de coberturas metálicas, o acréscimo de um segundo pavimento e a colocação de toldo na varanda. (...) Os estudantes e a própria Ufop foram notificados pelo órgão e pela prefeitura para que providenciassem a regularização do imóvel. Nenhuma solicitação foi atendida. Depois de várias reuniões e tentativas de negociações, que resultaram infrutíferas, a prefeitura ajuizou ação civil pública para que a Justiça (Estadual) obrigasse os alunos a sanarem as irregularidades."
Samarco ¹⁴	04/12/2009	Outras Parcerias	Publicação do portal da Samarco informa que a Universidade Federal de Ouro Preto teria assinado Termo de Cooperação com a Samarco em 2004. Segundo a mídia "Consórcio tem o objetivo de reunir empresas dos ramos de metalurgia e mineração e promover a formação e qualificação profissional por meio de parcerias com instituições como o Senai, Cefet, Sindiextra, universidades, fundações, além dos governos estadual e federal. Juntas, as 15 empresas têm a demanda de capacitar cerca de 40 mil colaboradores nos níveis básico, técnico e superior até 2012."
Anpei ¹⁵	07/02/2014	Outras Parcerias	Publicação do portal Anpei informa que: "A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) oficializou acordo com a Vale para a construção de um instituto tecnológico de uso compartilhado no campus Morro do Cruzeiro, em um terreno de 680 metros quadrados, localizado ao Norte da Escola de Minas. Com um investimento previsto de R\$ 4 milhões, o Instituto Tecnológico Vale (ITV) tem os objetivos de aliar pesquisa, ensino e empreendedorismo para as atividades de mineração. De acordo com o diretor-presidente do ITV, Luiz Mello, a escolha pela Federal de Ouro Preto é estratégica e histórica pela tradição da qualidade do ensino da Escola de

¹³ Fonte: [Jusbrasil](#). Acesso em 01/06/2020.

¹⁴ Fonte: [Samarco](#). Acesso em 04/06/2020.

¹⁵ Fonte: [Anpei](#). Acesso em 03/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
			<i>Minas."</i>
Vale ¹⁶	10/10/2014	Outras Parcerias	Publicação do portal da Vale informa que a Universidade Federal de Ouro Preto teria firmado parceria com o Instituto Tecnológico da Vale para dar um destino sustentável a 3 mil toneladas de resíduos produzidos pelo Completo Tubarão, possibilitando seu reaproveitamento na construção civil, na produção de argamassa de assentamento e na confecção de blocos e placas de revestimento.
Agência Nacional de Águas ¹⁷	09/11/2014	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação da Agência Nacional de Águas informa sobre extrato de convênio nº 11/200 firmado entre a Universidade Federal de Ouro Preto e a Secretaria de Educação a Distância - SEED, com "Objeto: O presente Convênio tem por objeto a produção de material didático-pedagógico e formação de Orientadores Acadêmicos para implantação do Curso a Distância de Licenciatura em Pedagogia para a Educação Infantil, de acordo com o Projeto Básico e o Plano de Trabalho (Processo nº 23000.010963/2004-59) Valor: R\$1.351.979,00"
Vale ¹⁸	24/04/2015	Outras Parcerias	Publicação do portal da Vale informa que a Universidade Federal de Ouro Preto, assim como outras Universidades, teria firmado parceria com a Vale para investir em instituições de ensino para formar mão de obra alinhada às necessidades do negócio.
Associação Mineira de Municípios ¹⁹	14/12/2015	Outras Parcerias	Publicação do portal Associação Mineira de Municípios informa que a Universidade Federal de Ouro Preto faria parte da Força Tarefa instituída pelo Decreto nº 46.885, de 12 de novembro de 2015, para "diagnosticar, analisar e propor alterações nas normas e técnicas utilizadas na disposição de rejeitos de mineração no âmbito do Estado, com a finalidade de obter maior estabilidade e segurança nas estruturas de contenção de materiais."
Universidade Federal de Ouro Preto ²⁰	19/04/2016	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação do portal oficial da Universidade Federal de Ouro Preto informa que "A UFOP, junto com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), assinou, nesta quarta-feira (14), um protocolo de intenções que firma a parceria entre as instituições para, entre outras ações, identificar alternativas de geração de renda para os atingidos pelo desastre tecnológico ocorrido em Mariana. A iniciativa tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). (...) O documento prevê a criação do Observatório

¹⁶ Fonte: [Vale](#). Acesso em 04/06/2020.

¹⁷ Fonte: [Agência Nacional de Águas](#). Acesso em 04/06/2020.

¹⁸ Fonte: [Vale](#). Acesso em 04/06/2020.

¹⁹ Fonte: [Associação Mineira de Municípios](#). Acesso em 04/06/2020.

²⁰ Fonte: [Universidade Federal de Ouro Preto](#). Acesso em 01/06/2020



4.6 Registros de Mídia ⁸			
			<i>Interinstitucional do Desastre Mariana-Rio Doce, que visa unir esforços no sentido de desenvolver, sistematizar e divulgar resultados de pesquisa, relatórios técnicos, pareceres e informações sobre o desastre de Mariana, diminuindo a dispersão de estudos sobre a região e disponibilizando informações e conhecimento técnico para a população, políticas públicas, pesquisadores e outras instituições."</i>
O Tempo ²¹	01/07/2016	Mídias adversas	Publicação do portal e notícias O Tempo reporta que o professor Ronilson Rocha, da Universidade Federal de Ouro Preto, estaria sendo acusado de assédio moral por universitários. Segundo a mídia o assédio teria ocorrido dentro da Instituição da UFOP.
Fundação Renova ²²	17/02/2017	Mídias adversas	Publicação do portal Fundação Renova informa sobre postagens que teriam sido compartilhadas nas redes sociais associando o surto de febre amarela no Brasil ao rompimento da barragem de Fundão. Segundo a mídia a Universidade Federal de Ouro Preto teria postado um artigo "descartando a possibilidade de que o surto atual seja consequência da lama que invadiu o Rio Doce após o rompimento da barragem, uma vez que a relação apenas poderia existir se o rejeito tivesse adentrado as florestas das regiões atingidas pelo vírus, o que não aconteceu."
Associação Mineira de Municípios ²³	05/06/2017	Outras Parcerias Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal Associação Mineira de Municípios informa que a Universidade Federal de Ouro Preto teria promovido o encontro "Em Público", evento que contou com a presença de Prefeitos e Vereadores de Minas Gerais para debaterem e trocarem experiências com universitários da área de gestão pública.
Tribunal de Contas da União ²⁴	12/06/2017	Mídias adversas	Publicação do Portal de Contas da União, reporta que: "O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a interrupção dos pagamentos de remunerações que extrapolam o teto constitucional na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Fundação Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e na Fundação Universidade Federal de Uberlândia (UFU). De acordo com o tribunal, 150 servidores estão nessa situação. O montante pago a mais chega a quase R\$ 3 milhões."
INSEA ²⁵	06/11/2017	Outras Parcerias Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal INSEA reporta que o II Fórum de Políticas para Gestão de Resíduos teria sido realizado no auditório da Universidade Federal de Ouro Preto que teria reunido "lideranças de associações e cooperativas de

²¹ Fonte: [O Tempo](#). Acesso em 02/06/2020.

²² Fonte: [Fundação Renova](#). Acesso em 04/06/2020.

²³ Fonte: [Associação Mineira de Municípios](#). Acesso em 04/06/2020.

²⁴ Fonte: [Tribunal de Contas da União](#). Acesso em 02/06/2020

²⁵ Fonte: [INSEA](#). Acesso em 04/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
			<i>catadores de materiais recicláveis, gestores públicos, ambientalistas, pesquisadores e estudantes.</i> Segundo a mídia a Universidade Federal de Ouro Preto teria firmado parceria com a Prefeitura de Ouro Preto com objetivos de conhecimento e tecnologia.
O Beltrano ²⁶	08/11/2017	Mídias adversas	Publicação do portal O Beltrano reporta que: <i>"A Polícia Federal (PF) abriu inquérito policial para investigar o professor André Mayer, da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), acusado de crime de desobediência por manter o grupo de pesquisa acadêmica Liga dos Comunistas, no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), no campus de Mariana. O professor é acusado de desobedecer a decisão de um juiz maranhense, que determinou a extinção do Centro de Difusão de Comunismo (CDC) da UFOP ainda em 2013, quando o núcleo abrigava o grupo de pesquisa em questão."</i>
PUC Minas ²⁷	18/04/2018	Outras Parcerias	Publicação do website PUC Minas informa que a Universidade Federal de Ouro Preto seria sede pra a solenidade de entrega da Medalha de Inconfidência para <i>"Os professores da PUC Minas Hélvio de Avelar Teixeira, do Departamento de Administração e presidente do Conselho Estadual de Educação de MG, e padre Evandro Campos Maria, diretor do Instituto de Filosofia e Teologia Dom João Resende Costa"</i>
Prefeitura de Ouro Preto ²⁸	06/11/2018	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras parcerias	Publicação do portal informa que: <i>"No dia 16 de outubro, profissionais e técnicos especializados da Universidade Federal de Ouro Preto e da Prefeitura Municipal se reuniram para dar início às atividades do Centro de Pequenas Cirurgias da UFOP. A parceria da Universidade com o Município, além de integrar o processo de formação e capacitação dos futuros médicos, alunos do curso de medicina, proporcionará aos ouro-pretanos acesso a diversos procedimentos, contribuindo para a melhoria dos serviços públicos no campo da Saúde."</i>
ANADEP ²⁹	21/11/2018	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal da ANADEP informa que teria ocorrido um encontro na Universidade Federal de Ouro Preto com a <i>"Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA) e representantes atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão, Ministério Público Federal Ministério Público Estadual e Defensoria Pública do Espírito Santo, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) esteve presente e atuante por meio da defensora pública Carolina Morishita Mota Ferreira, subcoordenadora do Núcleo</i>

²⁶ Fonte: [O Beltrano](#). Acesso em 17/06/2020.

²⁷ Fonte: [PUC Minas](#). Acesso em 04/05/2020.

²⁸ Fonte: [Prefeitura de Ouro Preto](#). Acesso em 12/06/2020.

²⁹ Fonte: [ANADEP](#). Acesso em 03/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
			<i>Estratégico para a Proteção de Vulneráveis em Situação de Crise."</i>
Valor Econômico ³⁰	31/01/2019	Outras Parcerias Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias Valor Econômico reporta que em 2017 a Universidade Federal de Ouro Preto teria sido contratada pela estatal Indústria Nuclear do Brasil em Caldas (INB), para a avaliação da análise de dados da barragem de rejeitos da primeira mina de urânio do Brasil, e sua estabilidade. Segundo a mídia a INB teria explorado a mina por mais de uma década e em 1995 a operação teria sido paralisada, contudo a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) teria apontado irregularidades na proteção de armazenamento nas minas de rejeitos.
Fundação Renova ³¹	04/04/2019	Outras Parcerias	Publicação do portal Fundação Renova informa sobre a 5ª Rodada de Negócios, evento que seria realizado na Universidade Federal de Ouro Preto. Segundo a mídia "O evento é promovido pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana (Aciam) em parceria com a Fundação Renova. A proposta é reunir as empresas contratadas para obras no município com fornecedores locais, além de promover o diálogo e explorar as oportunidades de negócios e empregos geradas pelos investimentos na região."
Rosa Fortini ³²	12/04/2019	Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal Rosa Fortini informa que a Universidade Federal de Ouro Preto teria participado da 1ª Conferência Livre de Saúde dos Atingidos e das Atingidas pelo Rompimento da Barragem da Samarco "com o objetivo de iniciar a construção da política nacional de Saúde voltada para os atingidos. O evento, com o tema "Democracia e Saúde" aconteceu em Barra Longa, no dia 06 de abril." Também participaram do evento representantes da MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, AEDAS, Cáritas Brasileira, Jornal A Sirene, FGV - Fundação Getúlio Vargas, Secretaria Estadual de Saúde e Conselho Estadual de Saúde.
Jornal Voz Ativa ³³	06/05/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública Mídias adversas	Publicação do portal de notícias Jornal Voz Ativa informa que: "A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) publicou, no início da noite de sexta-feira (03/05), uma nota assinada pela reitora Cláudia Aparecida Marliére de Lima e pelo vice-reitor Hermínio Arias Nalini Júnior, esclarecendo o bloqueio orçamentário da Instituição Federal de Ensino Superior. No dia 30 de abril, o ministro da Educação, Abraham Weintraub anunciou bloqueio a três unidades por "motivos ideológicos", segundo vários parlamentares e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições

³⁰ Fonte: [Valor Econômico](#). Acesso em 03/06/2020.

³¹ Fonte: [Fundação Renova](#). Acesso em 04/06/2020.

³² Fonte: [Rosa Fortini](#). Acesso em 04/06/2020.

³³ Fonte: [Jornal Voz Ativa](#). Acesso em 12/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
			<i>Federais de Ensino Superior - Andife. Mais tarde, o corte de 30% por cento foi estendido a todas universidades federais pelo presidente Jair Bolsonaro."</i>
Fundação Renova ³⁴	12/06/2019	Outras Parcerias	Publicação do portal Fundação Renova informa que a Universidade Federal de Ouro Preto seria uma das entidades com projetos aprovados pela Fundação de Amparo à pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) em parceria com as "Fundações de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais e Espírito Santo (FAPEMIG e FAPES) e a Fundação Renova, para a Recuperação das Áreas Impactadas pelo Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG)." Segundo a mídia "Foram recebidas cerca de 40 propostas, das quais 15 foram aprovadas, totalizando um aporte de R\$ 5.613.885,95 a serem investidos, pela Fundação Renova, em projetos com duração de até 24 meses."
Estado de Minas Gerais ³⁵	14/06/2019	Outras Parcerias	Publicação do portal Estado de Minas Gerais informa que a Universidade Federal de Ouro Preto teria sido uma das quatro universidades selecionadas para apoiar na pesquisa de recuperação das áreas impactadas pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana na região central de Minas Gerais. Segundo a mídia o projeto teria iniciativa da Fundação Renova e teriam sido disponibilizados BRL 5,6 milhões para 15 projetos de pesquisa com duração de até 2 anos.
Mundo dos Confidentes ³⁶	25/06/2019	Outras Parcerias	Publicação do portal Mundo dos Confidentes informa que a Universidade Federal de Ouro Preto teria anunciado a abertura do festival de inverno de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade. O festival teria patrocínio da Vale e parceria com a Fundação Gorceix.
Vale ³⁷	05/07/2019	Outras Parcerias	Publicação do website da Vale informa que a Vale estaria patrocinando o festival de Inverno de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, evento que "homenageia a Cavalhadas (manifestação típica do distrito ouro-pretano de Amarantina), além dos 50 anos de fundação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)."
Samarco ³⁸	02/08/2019	Outras Parcerias	Publicação do website da Samarco informa que Universidade Federal de Ouro Preto teria firmado parceria com a Samarco junto com a NEO Ventures, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT MIDAS) e Centro de

³⁴ Fonte: [Fundação Renova](#). Acesso em 04/06/2020.

³⁵ Fonte: [Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 03/06/2020.

³⁶ Fonte: [Mundo dos Confidentes](#). Acesso em 03/06/2020.

³⁷ Fonte: [Vale](#). Acesso em 04/06/2020.

³⁸ Fonte: [Samarco](#). Acesso em 03/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
			Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), para o lançamento do Desafio MinerALL, quer seria direcionado para estudantes de graduação e de pós-graduação desenvolverem novos negócios a partir do aproveitamento dos rejeitos de mineração gerando impactos positivos para os territórios mineradores.
Prefeitura de Ouro Preto ³⁹	23/08/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação do portal oficial da Prefeitura de Ouro Preto informa que a Universidade Federal de Ouro Preto teria firmado Protocolo de Intenções com a Prefeitura de Ouro Preto para a "implantação de um Parque Tecnológico no município. O ato aconteceu na última quarta-feira (21), durante a Sessão Solene em comemoração aos 50 anos da UFOP, no Centro de Artes e Convenções da Universidade."
Vale ⁴⁰	18/10/2019	Outras Parcerias	Publicação do <i>website</i> da Vale informa sobre parceria firmada com a Universidade Federal de Ouro Preto "O Instituto Tecnológico Vale (ITV), em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), está com inscrições abertas para o Mestrado Profissional em Instrumentação, Controle e Automação de Processos de Mineração (PROFICAM). O curso tem foco no desenvolvimento de conhecimentos científicos e tecnológicos para atendimento às demandas do setor mineral."
INSEA ⁴¹	18/10/2019	Outras Parcerias	Publicação do portal da INSEA informa sobre 4 fórum de gestão pública de resíduos sólidos, realizado na Universidade Federal de Ouro Preto "O evento que tem a finalidade de debater o fortalecimento da política de gestão de resíduos sólidos em Ouro Preto e região, será no dia 19 de novembro, de 8h às 17h, na Universidade Federal de Ouro Preto (auditório do Departamento de Geologia - DEGEO, Campus Universitário Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG). Inscrições gratuitas e limitadas."
Cáritas brasileira ⁴²	05/12/2019	Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal Cáritas brasileira informa que o Laboratório de Educação Ambiental, Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Pesquisa para Sustentabilidade (LEA-AUEPAS) da Universidade Federal de Ouro Preto estaria realizando uma pesquisa sobre contaminação "Diagnóstico Socioambiental de Mariana". Segundo a mídia a pesquisa teria resultados contrários as informações fornecidas pela Fundação Renova "de que o rejeito depositado nas localidades atingidas é um material que não apresenta riscos ou contaminação." A mídia informa ainda sobre coletiva de imprensa organizada pelos

³⁹ Fonte: [Prefeitura de Ouro Preto](http://www.prefeitura-ouro-preto.com.br). Acesso em 03/06/2020.

⁴⁰ Fonte: [Vale](http://www.vale.com.br). Acesso em 03/06/2020.

⁴¹ Fonte: [INSEA](http://www.insea.org.br). Acesso em 04/06/2020.

⁴² Fonte: [Cáritas Brasileira](http://www.caritas.org.br). Acesso em 02/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
			moradores das comunidades atingidas pela Lama da Samarco (Vale e BHP), de Mariana e de Barra Longa para "denunciar a contaminação da água, do ar e do solo por metais pesados em decorrência do rompimento da barragem de Fundão". Teriam comparecido na coletiva, representantes da Comissão de Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana - CABF e da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social AEDAS.
Mais Minas ⁴³	11/06/2020	Mídias adversas	Publicação do portal de notícias Mais Minas informa que: "a Reitoria da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) publicou uma longa nota no site da instituição após a ampla repercussão que ganhou a divulgação, em perfil em rede social, de denúncias de pessoas que supostamente teriam fraudado as cotas raciais para ingresso nas universidades públicas. Na nota, a Ufop informa que, após receber denúncia formal, em 2017, de suposta fraude de uma pessoa no acesso a um determinado curso de graduação, uma sindicância administrativa foi aberta e constatou a veracidade da denúncia"

⁴³ Fonte: [Mais Minas](#). Acesso em 12/06/2020.



a) Claudia Aparecida Marliere de Lima

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Claudia Aparecida Marliere de Lima	
CPF	529.005.096-53	
Data de Nascimento	23/11/1963	
Posição	Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto ⁴⁴	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁴⁵
Irmãs Marliere Ltda.	25.437.286/0001-06	33,30%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	11/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/A ⁴⁶
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	11/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	11/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	11/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	11/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	11/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	11/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	11/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	11/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	11/06/2020	Nada consta

⁴⁴ Reitor eleito para exercer o mandato entre os anos de 2017 a 2021. Fonte: Universidade Federal de Ouro Preto. Acesso em 17/06/2020.

⁴⁵ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

⁴⁶ A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional.



4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	11/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	11/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta		Resultado
Lista de Sanções - OFAC	11/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - ONU	11/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia	11/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - França	11/06/2020		Nada consta
Offshore Leaks - ICIJ	11/06/2020		Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
PT	06/04/1994	Ouro Preto	MG	Regular
Pessoa Exposta Politicamente ⁴⁷				
Esfera		Instituição	Cargo	Período
Poder Executivo Federal		Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC	Reitor	2017
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁴⁸				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴⁹	
Processos Judiciais	Categorização dos Processos Judiciais

⁴⁷ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁸ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴⁹							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ⁵⁰	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT	N/A			N/I			
CADE	N/A			N/I			
CVM	N/A			N/I			
TCU	N/A			02			

4.5.1 Processos Judiciais ⁵¹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ⁵²			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Lattes ⁵³	1983 - 1989	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas	Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima é graduada em Nutrição pela Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas

⁵⁰ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 10/06/2020.

⁵¹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵² A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵³ Fonte: Lattes. Acesso em 12/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁵²			
		e/ou atividades	Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
	1989 - Atual	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima atua como Servidora Pública na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais, com dedicação exclusiva. A carga horária é de 40 horas. Última atualização em 15/07/2019.
	1989 - Atual		Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima atua como Professor Associado IV Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais, com dedicação exclusiva. Última atualização em 15/07/2019.
	11/1989 - Atual		Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima atua como Professora de Nutrição de Graduação na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais, com dedicação exclusiva. Última atualização em 15/07/2019.
	1990 - 1990		Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima é especialista em Saúde Pública, pela Universidade de São Paulo, USP - São Paulo. A carga horária era de 360 horas. Última atualização em 15/07/2019.
	1992 - 1997		Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria atuado como Pró-Reitora de Extensão na Escola de Nutrição na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
	1992 - 1998		Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria realizado linha pesquisa sobre Grupos populacionais em situação de vulnerabilidade urbana na Escola de Nutrição na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
	1992 - 1998		Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria atuado como Membro de conselho superior na Escola de Nutrição na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
	1994 - 1998		Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria realizado extensão universitária em Coordenadora de Programas Escola de Nutrição na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
	1998 - 2001		Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria doutorado em <i>Environmental Impact Assessment</i> , pela <i>Aberystwyth University</i> , <i>ABER, Gales</i> , e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Última atualização em 15/07/2019.
	2001 - 2016		Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria atuado como membro de comissão e monitoria na Escola de Nutrição na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
	2001- 2005		Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria atuado como Membro de conselho de unidade na Escola de Nutrição na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização



4.6 Registros de Mídia ⁵²	
	em 15/07/2019.
2002 - 2005	Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria atuado como estagiária na Escola de Nutrição na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
2004 - 2004	Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria ministrado treinamento de Introdução ao uso do <i>software</i> EPI-Info na Escola de Nutrição na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
2004 - 2005	Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teve vínculo institucional com a Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
03/2004 - 02/2008	Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria atuado como Membro do Comitê de Ciências da Vida na Escola de Nutrição na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
2004 - 2008	Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria atuado como Membro do Comitê de Assessoramento na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
08/2005 - Atual	Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima realiza Pesquisa e Desenvolvimento na Escola de Nutrição na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
2007 - 2009	Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria atuado como <i>Dean of Clinical Nutrition and Public Health Department</i> na Escola de Nutrição na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
2008 - 2014	Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria realizado extensão universitária como Tutora Acadêmica do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde- PET-Saúde na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
2012 - 2014	Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria atuado como estagiária na Escola de Nutrição na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
2012 - 2014	Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria como Consultora para Avaliação das Condições de Saúde, Nutrição e de Trabalho dos Trabalhos Terceirizados da CENIBRA na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
2013 - 2017	Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria sido membro do comitê de assessoramento da Fundação Educativa de Rádio e Televisão de Ouro Preto. Última atualização em 15/07/2019.
2013 - 2017	Publicação do portal Lattes reporta que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria atuado como <i>Director of School of Nutrition</i> na Escola de Nutrição na



4.6 Registros de Mídia ⁵²			
			Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP - Minas Gerais. Última atualização em 15/07/2019.
Prefeitura de Mariana ⁵⁴	N/I	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação do portal da Prefeitura de Mariana informa que Claudia Aparecida Marliere de Lima estaria como signatária da Universidade Federal de Ouro Preto em acordo de cooperação técnica firmado com o Município de Mariana - Minas Gerais, com objeto de "promover a formação de um Programa de Residência Médica em Medicina da Família e Comunidade (PRM/MFC) conjuntamente entre a escola de medicina da UFOP e a Secretaria de Saúde de Mariana."
Alerta Diário ⁵⁵	N/I	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação do portal Alerta Diário informa que Claudia Aparecida Marliere de Lima estaria como signatária da Universidade Federal de Ouro Preto em extrato de concessão de uso firmado com o Ministério da Educação com "Objeto: Concessão onerosa de uso de espaço para prestação de serviços de lanchonete, no prédio do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas - ICEB. Vigência: 02/03/2020 a 01/03/2021 e Valor mensal: R\$ 5.064,00, sendo R\$ 4.220,00 referente à concessão do espaço e R\$ 844,00 de taxa de utilização."
Revista Higiene Alimentar ⁵⁶	06/2007	Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da Revista Higiene Alimentar informa que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria publicado artigo sobre "Avaliação Das Condições Microbiológicas De Refeições De Trabalhadores Rurais Do Leste De Minas Gerais" na Revista Higiene Alimentar.
Revista Médica de Minas Gerais ⁵⁷	2008	Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do website Revista Médica de Minas Gerais informa que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria sido coautora do artigo "Condições de vida de trabalhadores do setor extrativista vegetal da região do Vale do Aço, Minas Gerais - uma análise das condições de moradia, de saneamento básico e prevalência de parasitoses intestinais" publicado na Revista Médica de Minas Gerais.
Escola de Minas ⁵⁸	18/05/2017	Outras Parcerias	Publicação do portal Escola de Minas informa que Claudia Aparecida Marliere de Lima e Hermínio Arias Nalini Júnior estariam presentes em evento de inauguração do Instituto Tecnológico Vale, que seria resultado da parceria entre a Vale e a Universidade Federal de Ouro Preto. Segundo a mídia "A UFOP cedeu a área de 1.200m², na qual o prédio está edificado, e, em contrapartida, o ITV forneceu os recursos financeiros para a realização das obras. O convênio conta ainda com o auxílio de bolsas oferecidas pelo governo através da Capes. O convênio também prevê a utilização do espaço no desenvolvimento de projetos

⁵⁴ Fonte: [Prefeitura de Mariana](#). Acesso em 12/06/2020.

⁵⁵ Fonte: [Alerta Diário](#). Acesso em 12/06/2020.

⁵⁶ Fonte: [Revista Higiene Alimentar](#). Acesso em 12/06/2020.

⁵⁷ Fonte: [Revista Médica de Minas Gerais](#). Acesso em 12/06/2020.

⁵⁸ Fonte: [Escola de Minas](#). Acesso em 12/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁵²			
			<i>de pesquisa cooperativos pelos demais laboratórios da UFOP."</i>
SinTSE ⁵⁹	06/06/2017	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação do portal SinTSE informa que Claudia Aparecida Marliere de Lima estaria como signatária de extrato de inexigibilidade de licitação firmado com o departamento municipal de águas e esgotos com "Objeto: <i>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de água potável e captação de esgoto nas dependências do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas - ICEA em João Monlevarde/MG</i> " e valor de BRL 94.119,61.
Thiago Costa ⁶⁰	07/06/2017	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do website Thiago Costa informa que Claudia Aparecida Marliere de Lima teria participado do III Encontro Mineiro dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas "Em Público", em Ouro Preto. Segundo a mídia teriam participado do evento o "prefeito de Ouro Preto, Júlio Pimenta; o prefeito de Pirajuba, Rui Ramos, representado a AMM; o professor da UFOP, Breyner Oliveira; a diretora da FENEAP, Isabella Tibúrcio; o diretor do Fundo Campo de Públicas, André Lobato e o gestor do EM Público, Gean Fernandes."
Ministério da Agricultura ⁶¹	27/06/2017	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal oficial do Ministério da Agricultura informa sobre extrato de doação: "OBJETO: <i>Doação de um equipamento de videoconferência modelo VSX7000S HW, remanescente do Projeto 914BRA5065, que foi executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), à UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, conforme descrito no Termo de Baixa nº 2017000013, constante no Processo Administrativo MCTIC nº 01200.005379/2005-45, em conformidade com o Decreto nº 99.658 de 30 de outubro de 1.990, combinado com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993. Pelo Doador: DOMINGOS CARLOS PEREIRA REGO, Coordenador-Geral de Recursos Logísticos, da Diretoria de Administração, da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e. Pela Donatária: CLAUDIA APARECIDA MARLIERE DE LIMA, Reitora da Universidade Federal de Ouro Preto-MG</i> "
Roncarati ⁶²	11/07/2017	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação do portal Rancorati informa que Claudia Aparecida Marliere de Lima estaria como signatária da Universidade Federal de Ouro Preto em acordo de cooperação técnica firmado com Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), com "Objeto: <i>Cessão do direito de uso do software Sistema Eletrônico de Informação (SEI), criado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª</i>

⁵⁹ Fonte: [SinTSE](#). Acesso em 12/06/2020.

⁶⁰ Fonte: [Thiago Costa](#). Acesso em 12/06/2020.

⁶¹ Fonte: [Ministério da Agricultura](#). Acesso em 12/06/2020.

⁶² Fonte: [Rocarati](#). Acesso em 12/06/2020.

